

A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ENTRE ATLETAS DE ESPORTES ADAPTADOS

Luiz Fernando Rojo*

RESUMO

A partir de três situações vivenciadas durante o processo de classificação funcional, através do qual os atletas de esportes adaptados são alocados em classes que buscam equilibrar as disputas esportivas a partir de suas potencialidades, irei discutir alguns aspectos que se relacionam com as definições de saúde e deficiência neste grupo. Desde meados de 2013 estou realizando trabalho de campo junto à Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF/RJ) e acompanhando competições regionais e nacionais que envolvem estes atletas. Nestas, pude acompanhar a realização de algumas classificações, em particular na bocha e de atletismo, que possibilitaram a construção de questões que apontam para uma relativização da categoria “pessoa com deficiência” como possuidora de um estigma social (Goffman, 1993). Dialogando com a perspectiva da contextualidade das construções identitárias, o trabalho de campo tem mostrado que esta atribuição pode ser ansiada por aqueles cuja alternativa seria estar situado em um permanente “between and betwixt” (Turner, 2005), ou seja, em uma situação na qual sua “deficiência”, embora suficientemente reconhecida para não ser visto como “normal” pela sociedade mais ampla, tampouco é considerada suficiente para classifica-los dentro dos parâmetros do esporte adaptado. Ao mesmo tempo, este processo – na medida em que pode definir as possibilidades de sucesso esportivo – pode ser entendido como um momento no qual os classificadores – médicos e profissionais de Educação Física – são vistos como “obstáculos” na conquista da melhor classificação possível, enquanto os atletas e técnicos são muitas vezes pensados, por aqueles, como apresentando um permanente risco de tentar fraudar o processo, exagerando limitações motoras.

Palavras-chave: esporte adaptado; classificação funcional; saúde; identidade; pessoa com deficiência.

FUNCTIONAL CLASSIFICATION IN THE PROCESS OF IDENTITY CONSTRUCTION AMONG ATHLETES OF ADAPTED SPORTS

ABSTRACT

From three situations observed during the process of functional classification, through which athletes of adapted sports are placed into classes which seek to balance sportive disputes from their potentialities, I will debate some aspects that are related to health and disability definition in this group. Since mid-2013 I have doing fieldwork at the Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF/RJ) and following regional and national competitions which involve such athletes. There, I had the opportunity to observe some classifications, particularly in boccia, and track and field, which allowed for the construction of questions that point to a relativization of the category “disabled” as having a social stigma (Goffman, 1993). Dialoguing with the perspective of the contextuality of identity construction, my fieldwork is showing that this attribution can be desired by those whose alternative would be to be placed into a permanent “between and betwixt” (Turner, 2005), that is, into a situation in which their “discapacity”, although sufficiently recognized to not be seen as “normal” by a larger society, neither would it be considered sufficient to place them inside the parameters of adapted sports. At the same time, this process – insofar as it can define the possibilities for sportive success – can be understood as a moment in which the classifiers – doctors and Physical Education professionals – are thought of as “obstacles” in the conquest for the best possible classification, while athletes and coaches are, many times, thought of, by those, as presenting a permanent risk of trying to defraud this process, by exaggerating their motor limitations.

Key-words: adapted sport; functional classification; health; identity; disabled.

* Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Contato: luizrojo@predialnet.com.br

LA CLASIFICACIÓN FUNCIONAL EN EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES ENTRE ATLETAS DE DEPORTES ADAPTADOS

RESÚMEN

A partir de tres situaciones experimentadas durante el proceso de clasificación funcional, a través del cual los atletas de deportes adaptados son ubicados en clases que buscan equilibrar las disputas deportivas a partir de sus potencialidades, voy a discutir algunos aspectos que se relacionan con las definiciones de salud y discapacidad en este grupo. Desde mediados de 2013 estoy desarrollando trabajo de campo junto a la Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF/RJ) y presenciando competiciones regionales y nacionales en las que participan sus atletas. En ellas, pude observar algunos exámenes de clasificación, en particular para las pruebas de bocha y atletismo, que permitirán relativizar la categoría “persona con discapacidad” como poseedora de un estigma social (Goffman, 1993). Dialogando con la perspectiva de la contextualización de las construcciones identitarias, el trabajo de campo ha demostrado que esta atribución puede ser deseada por aquellos cuya alternativa sería estar ubicado en un permanente “between and betwixt” (Turner, 2005), o sea, en una situación en la cual su “discapacidad”, aunque suficientemente reconocida para no ser visto como “normal” por la sociedad más amplia, tampoco es considerada suficiente para clasificarlos dentro de los parámetros del deporte adaptado. Al mismo tiempo, este proceso – en la medida en que puede definir las posibilidades del éxito deportivo – puede entenderse como un momento en el cual los clasificadores – médicos y profesionales de la Educación Física – son vistos por atletas y técnicos como “obstáculos” en la conquista de la mejor clasificación posible, mientras estos últimos son muchas veces pensados, por los primeros, como en constante riesgo de cometer fraude en el proceso, exagerando sus limitaciones motoras.

Palabras-clave: deporte adaptado; clasificación funcional, salud, identidad, persona con discapacidad

APRESENTAÇÃO

Esta breve introdução tem como objetivo apresentar, dentro das limitações de um artigo, as motivações pelas quais o tema da “classificação funcional” surgiu como uma questão importante na minha atual pesquisa. Isto impõe, também, explicar porque ela não era algo que, originariamente, estivesse presente como um dos assuntos que estivesse me propondo a investigar.

Clifford Geertz afirmou, em um daqueles textos que costumamos utilizar nos cursos introdutórios de Antropologia, que “os antropólogos não estudam as aldeias, eles estudam nas aldeias” (1989: 32). Embora sem discordar desta afirmação, comecei recentemente a refletir (Rojo, 2013) sobre os impactos que a escolha de determinadas aldeias tem sobre as questões que decidimos estudar nelas. Esta não é, obviamente, uma questão nova para a nossa disciplina, ainda que naquele artigo eu tenha pretendido abordá-la a partir de um ângulo ligeiramente diferente, uma vez que priorizei a reflexão sobre a escolha reiterada de determinados tipos de “aldeias” em minha própria trajetória.

Assim, fui me aproximando lentamente do tema dos esportes adaptados durante os últimos dez anos nos quais tenho me dedicado

ao campo da Antropologia dos Esportes. O fato de que, ao contrário da enorme maioria dos pesquisadores deste campo, nunca ter sido atraído pelo estudo do futebol, certamente contribuiu para esta aproximação, mas ela começou a se materializar quando tive contato com o trabalho de Mônica Araújo, a partir de 2009, nas reuniões do Núcleo de Estudos sobre Esporte e Sociedade (NEPESS), que coordeno. O convite para participar da banca de defesa de sua tese de doutorado (Araújo, 2011), sobre corporalidade entre nadadores paralímpicos, aguçou ainda mais este interesse que resultou em duas tentativas de estimular orientandos de graduação a investir nesta área de pesquisa. A primeira delas, que durou pouco mais de dois meses, foi pela inclusão de uma orientanda que se propôs a acompanhar uma equipe de vela paralímpica, dentro de um projeto mais amplo de pesquisa que conduzi sobre a questão da corporalidade e do gênero neste esporte, entre os anos de 2009 e 2013. Esta iniciativa não teve continuidade por conta da dissolução da única equipe existente naquele momento. A segunda tentativa, ainda mais reduzida, foi o estímulo para que uma pessoa que havia me procurado, pouco tempo depois, demonstrando um interesse genérico na área dos esportes, acompanhasse o

processo de incentivo ao rúgbi em cadeira de rodas, que ocorreu na cidade de Niterói, no ano de 2012. Apesar da estudante ter inicialmente se interessado pelo projeto, ela optou por seguir sua trajetória acadêmica em outras áreas e realizou apenas duas idas ao campo, não dando continuidade a este trabalho.

Foi somente em 2013, com o encerramento da pesquisa anterior, que decidi me dedicar pessoalmente a esta temática, elaborando o atual projeto de pesquisa “Corporalidade e Identidade entre atletas de esportes adaptados na Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF)”. Inicialmente, entretanto, uma vez que minha colega Mônica Araújo já havia demonstrado o interesse de se aprofundar nesta temática da classificação funcional, a partir de seu contato inicial com esta questão em sua tese de doutorado, eu optei por não incluir este assunto entre meus objetivos iniciais de pesquisa.

Esta decisão, no entanto, foi modificada a partir dos deslocamentos surgidos pela própria dinâmica da pesquisa. No final de 2014 tive a oportunidade de acompanhar diversos jovens atletas da ANDEF, durante a realização das Paralimpíadas Escolares¹ em São Paulo. Como esta é uma competição que reúne um número significativo de participantes que estão disputando provas oficiais pela primeira vez, bem como as transformações corporais impõem a repetição de muitos exames mesmo em quem já obteve uma classificação anterior, há a necessidade de se realizar uma quantidade particularmente grande de classificações funcionais antes do seu início. Assim, durante todo o primeiro dia em campo, a única atividade que haveria para ser acompanhada seria a realização destas classificações e, tendo obtido a autorização dos organizadores para observá-las, pude descobrir um novo espaço de problematização das questões – corporalidade e identidade – que já estavam inicialmente colocadas como o que estudaria naquela “aldeia”.

As interpretações que estarei construindo

neste trabalho, portanto, são oriundas principalmente destas observações, bem como de um número um pouco mais reduzido, mas igualmente instigante, realizadas durante uma das etapas regionais do “Circuito Caixa”, em março de 2015². Para construir estas interpretações, irei inicialmente fazer uma exposição de algumas questões que envolvem o processo de classificação funcional para, posteriormente, apresentar três situações específicas que pude acompanhar durante estes dois momentos de meu trabalho de campo, a partir dos quais irei analisa-los à luz da teoria sobre identidade social.

O QUE É A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL?

Quando escrevi meu primeiro artigo sobre os esportes adaptados (Rojo, 2014), especificamente sobre a corporalidade no basquete em cadeira de rodas, eu indiquei que um dos meus objetivos ali era construir uma interpretação que partisse do entendimento daquelas pessoas como sendo, simultaneamente, jogadores de basquetebol e como atletas que praticam este esporte em cadeiras de rodas. Fazia isso com a intenção de situar as particularidades do esporte adaptado dentro de um quadro mais amplo das práticas esportivas e não como alguma coisa derivada de um esporte dito “normal”.

Posteriormente a este trabalho, tive contato com uma literatura que me impulsionou a aprofundar este debate e que, ainda que de forma incidental, dialoga com o tema da classificação funcional. Diversos autores têm se posicionado em relação ao debate sobre a utilização da categoria “deficiência” como uma ferramenta analítica nos estudos antropológicos. Fremlin, por exemplo, no decorrer de sua dissertação de mestrado, abandona esta categoria, entre outros motivos, por sua suposta “universalidade”:

“E agora, depois de viajar tão longe com ela, vou aposentar a categoria ‘deficiência física’. Ao longo da

1 As Paralimpíadas Escolares são competições anuais que envolvem jovens de 14 a 17 anos de idade, necessariamente inseridas no sistema escolar. Neste ano de 2014, estiveram presente cerca de 760 atletas de ambos os sexos. A partir de 2016 este calendário de provas passou a ter continuidade com a realização dos Jogos Paralímpicos Universitários.

2 O Circuito Caixa acontece anualmente, consistindo de uma série de etapas regionais e classificatórias para uma fase final nacional e é considerada uma das principais competições do esporte adaptado no Brasil.

pesquisa fiz contatos e me posicionei dizendo que estava pesquisando ‘deficiência física’, ‘como pessoas vivem com deficiência física’, ou ‘pessoas com deficiência física’ (entre outras expressões) no Rio de Janeiro. A categoria ‘deficiência física’ me trouxe até aqui, eu me pus em contato com essas pessoas, e esta foi uma das formas com que me relacionei e continuo me relacionando com elas. Mas não é uma categoria que pretendo usar neste trabalho. Não se trata da ‘deficiência’ de uma pessoa, ou como essa ‘deficiência’ é construída, mas de desenvolver uma visão para entender corpos e seus movimentos que não se limite à noção de ‘deficiência’” (2011: 4-5).

Lopes situa esta perspectiva de Fremlin em um debate mais amplo sobre “certas contradições que estruturam os debates acerca da compreensão do que seja a ‘deficiência’” (2014:7). Identificando como esta categoria opera em um terreno atravessado tanto por um discurso biomédico que a entende como um diagnóstico, quanto por um discurso identitário que a pensa como uma “variação da experiência humana”, aproximando-a de outras situações de estigma social, Lopes cita Shakespeare para problematizar uma distinção radical entre ambas as situações:

“Embora as pessoas deficientes [no original, disabled people] tenham de encarar a discriminação e o preconceito, tal como as mulheres, as pessoas gays e lésbicas e as minorias étnicas, e embora o movimento pelos direitos da pessoa com deficiência [no original, disability rights movement] se assemelhe em sua forma e atividades a muitos desses outros movimentos, há uma diferença importante e central. Não há nada intrinsecamente problemático em ser uma mulher, ou ter uma orientação sexual, cor de pele ou formato corporal diferente. [...] Remova-se a discriminação social e mulheres, pessoas de cor [no original, people of color] e pessoas gays e lésbicas serão capazes de florescer e participar. Mas pessoas deficientes encaram tanto discriminação quanto limitações intrínsecas. [...] Mesmo que barreiras sociais sejam removidas tanto quanto possível, continuará a ser desvantajoso viver com muitas formas de lesão [no original, have many forms of impairment]. [...] “Orgulho deficiente” [no original, “Disability pride”] é problemático, pois é difícil elaborar a deficiência como um conceito,

na medida em que ela se refere a uma limitação ou incapacidade, ou então à opressão e à exclusão, ou ainda a ambas as dimensões” (Shakespeare, 2010: 272, citado por Lopes, 2014: 11).

Deste modo, sem negar os aspectos culturais da discriminação social sofrida por pessoas com deficiência, aponta-se simultaneamente para a especificidade desta situação, em contraste com outros tipos de situações de preconceito. De forma semelhante, o estudo do processo de classificação funcional ajuda a problematizar tanto a universalidade da categoria “deficiência” – escalonando diferentes corporalidades em classes que agrupam potencialidades semelhantes – quanto aponta para a arbitrariedade desta categoria em contextos específicos, como ocorreu em um dos exemplos etnográficos que discuto neste trabalho, em que uma equipe de classificadores deve definir se a deficiência apresentada por uma pessoa é suficiente ou não para “torna-la elegível”, ou seja, identifica-la, pelo menos em termos do esporte adaptado, como alguém com ou sem deficiência.

Então, como primeiro passo para falar sobre a classificação funcional nos esportes adaptados, entendo que não posso agir de modo diferente do que fiz naquele artigo inicial. Isto significa situar este tipo particular de classificação dentro de uma prática mais ampla de organizar atletas em categorias com o objetivo de tentar diminuir as presumidas vantagens – ou, pelo menos, aquilo que os órgãos que gerem estes esportes entendem como vantagens – originadas de outros aspectos que não aqueles produzidos pelo treinamento ou pelas habilidades pessoais. Ao mesmo tempo, alerta para a importância de não ignorar as especificidades da classificação funcional nos esportes adaptados.

Procuro, portanto, articular dois tipos de questões que incidem sobre este tópico. O primeiro tipo é apresentado por Cardoso e Gaya, quando eles mostram que “sistemas de classificação têm sido largamente utilizados nos esportes, para estabelecer um ponto de partida mais justo e igualitário para as competições” (2014:136). Estes autores enfatizam, em sua reflexão, aquelas classificações por sexo e idade, presentes em praticamente todas as modalidades esportivas, mas eu gostaria de acrescentar que

alguns esportes incluem classificações por peso, tais como o boxe, o judô, o levantamento de peso e outros, com o objetivo de criar, não uma ilusória simetria absoluta entre os participantes, mas uma disputa um pouco mais equilibrada.

O segundo tipo de questão dialoga mais precisamente com o trabalho de Nogueira, no qual ele explica a singularidade da classificação nos esportes adaptados, que é orientada para nivelar diferenças “associadas à perda de funcionabilidade, devido às condições incapacitantes provenientes da deficiência” (2008:1). A ênfase sobre a “funcionalidade” é importante aqui, ao ressaltar que o atual sistema de classificação se constitui como uma transformação de um anterior baseado sobre “classificações médicas”, o qual era sustentado por uma análise clínica, enquanto a classificação funcional seria orientada para a valorização do “potencial residual” de cada atleta o que dialoga com as discussões que problematizam a questão da deficiência a partir de um paradigma médico, tal como pode ser identificado em Diniz, Barbosa e Santos (2009).

Esta mudança, entretanto, não foi feita sem controvérsias. A alteração no sistema de classificação dos atletas pode ser relacionada com outras transformações políticas e administrativas no movimento paralímpico, principalmente com a criação, em 1989, do Comitê Paralímpico Internacional (IPC). Para algumas pessoas, a ideia por detrás desta mudança era a diminuição do número de classes, o que seria conveniente para a cobertura midiática e a comercialização dos Jogos Paralímpicos e outros eventos do esporte adaptado que teriam passado a ser um dos objetivos do IPC. Para os críticos destas medidas, o enfraquecimento da Organização Internacional para o Esporte para Portadores de Deficiência (IOSD), a qual foi uma das mais importantes antecessoras do IPC e que ajudou a organizar os Jogos Paralímpicos de 1960 até 1988, sendo responsável também pelo sistema de classificação, teria contribuído para a promoção dos atletas de alto rendimento às expensas do imperativo educacional do movimento paralímpico (Howe; Jones, 2006).

Por outro lado, aqueles que apoiam estas mudanças o fazem ancorados em dois aspectos principais. O primeiro deles é que o IPC conseguiu

ampliar significativamente a visibilidade do movimento paralímpico e, com isto, deu grande impulso para aumentar o número de países associados – atletas de 136 países competiram nos Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004, por exemplo – e, conseqüentemente, o número de pessoas envolvidas com os esportes adaptados. Além disso, o novo sistema de classificação, ao mudar o seu foco das “deficiências médicas” para as “potencialidades funcionais”, teria criado uma série de conseqüências positivas.

Este sistema, por exemplo, incrementou a complexidade dos exames classificatórios, que são agora realizados por uma equipe de três profissionais, na maioria das situações (os atletas com deficiências visuais são examinados apenas por oftalmologistas que tenham feito um curso específico para a classificação esportiva). Estas equipes consistem de um médico, um fisioterapeuta (ou terapeuta ocupacional), ambos com experiência na área de esportes e um profissional de Educação Física e seu trabalho consiste em identificar, para cada esporte e cada modalidade específica, a potencialidade de cada atleta para realizar as provas indicadas, de modo a poderem determinar sua classificação. Deste modo, agora, uma mesma pessoa pode ter diferentes classificações para diferentes provas, desde que um tipo específico de deficiência física por resultar, por exemplo, em um nível de potencialidade para o nado livre e em outra potencialidade para o nado de peito.

Como conseqüência, isto criou a necessidade de equipes específicas de classificação para cada esporte – ao menos no caso das competições mais importantes – desde que cada grupo de examinadores precisa conhecer os movimentos requeridos por cada modalidade para identificar as limitações e potencialidades não associadas a um atleta em abstrato, mas a uma conjunção atleta/modalidade. Com isto, na perspectiva de seus defensores, passaria a existir a possibilidade de exames mais detalhados e melhores competições, o que contribuiria para a realização de competições mais justas.

Outra conseqüência, ainda mais significativa para os objetivos deste trabalho, é que a mudança de uma classificação “médica” para uma “funcional” pode afetar, ao menos em relação a algumas pessoas, as construções

identitárias destes atletas. Desde Barth (1995), a identidade social tem sido entendida, na Antropologia, como uma construção que é contextualmente elaborada. A partir desta formulação, Bourdieu (1980) enfatizou os aspectos das relações de poder entre diferentes grupos no contato social, onde alguns deles têm a capacidade de impor suas próprias definições de identidade, enquanto outros não teriam o capital simbólico para nomear a si mesmos. Deste modo, como sistematizado por Simon (1979), a identidade socialmente reconhecida é sempre uma negociação entre uma “auto-identidade” – como cada grupo define sua própria identidade – e uma “hetero-identidade” – como cada grupo é nomeado por outros grupos em cada contexto específico. Isso implica, no caso em questão, que esta transformação de uma percepção de um corpo marcado pela “deficiência” para uma corporalidade nomeada a partir de suas “potências”, ou de suas “funcionalidades”, pode contribuir para uma ressignificação de suas identidades sociais. Para alguns com os quais tenho interagido durante o trabalho de campo, isto já estaria a se passar com um lento, mas permanente, processo de substituição da percepção do “coitadinho” para serem vistos como “atletas de alto rendimento” com as suas próprias especificidades.

Esta questão da relação entre o processo de classificação funcional e a construção de identidades sociais entre atletas do esporte adaptado, no entanto, é muito mais complexa. A análise dos casos etnográficos que irei apresentar a seguir pretende contribuir para a construção de algumas interpretações que possam auxiliar no seu maior entendimento.

ETNOGRAFANDO TRÊS CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS

a) No limite da deficiência

O processo de classificação que foi realizado nas Paralimpíadas foi, também, um momento para o treinamento de uma nova equipe de classificadores. Assim, antes de acompanhar este processo, pude presenciar a reunião em que os instrutores davam as últimas orientações para

aqueles que, tendo completado a formação teórica, iriam finalizar sua formação através da realização – assistida pelos profissionais que ministravam o curso – dos exames nestes jovens atletas. Nesta reunião observei que houve um momento em que uma das médicas alertou a equipe para o caso de pessoas que fossem inelegíveis, ou seja, que fossem avaliadas como fora do sistema de classificação, uma vez que suas corporalidades não apresentariam diferenças significativas, em relação aos atletas convencionais, para a participação nas provas indicadas. Neste alerta, ela enfatizou a importância da equipe não se limitar a dar esta informação para o atleta, mas orientá-lo, bem como aos técnicos e/ou familiares, na direção de outros esportes ou modalidades, uma vez que a inelegibilidade em uma prova específica não significaria, necessariamente, a impossibilidade de inserção em outro esporte.

Esta orientação, provavelmente, já preparava o grupo para o primeiro caso com o qual iriam se deparar. Um atleta de um estado da região Norte, que pretendia participar de provas de corrida, apresentava uma má-formação congênita em uma de suas mãos, na qual possuía apenas dois dedos. Pelos critérios do atletismo, tratava-se exatamente de um caso de inelegibilidade, uma vez que apenas lesões acima do punho classificariam o atleta para este esporte. No entanto, seguindo as orientações recebidas, o mesmo poderia ser classificado para as provas de natação, uma vez que a funcionalidade ficaria prejudicada em relação a puxada de água em cada braçada.

Chamou a atenção da equipe, entretanto, o fato de que a classificação não foi sequer contestada pelo treinador que acompanhou o atleta, que assistiu todo o processo – que foi bastante rápido – calado e saiu sem tecer comentários. Houve questionamentos se o técnico já teria pouca esperança em conseguir classificar aquele atleta ou se tratava-se de ignorância (segundo eles, bastante comum) em relação às regras de classificação. O que todos estavam de acordo era sobre o desgaste que isso causava em relação aquele jovem que teria enfrentando uma longa viagem, provavelmente sonhado com participar daquela competição, que não teria nenhuma possibilidade de disputar.

Um dos classificadores chegou a comentar

que, embora eles orientassem em relação a outras possibilidades de esporte, eles sabiam que, em muitos casos, aquele “diagnóstico” praticamente selava o abandono da carreira esportiva daquelas pessoas. Em determinados locais, o atletismo era o único esporte possível de ser praticado – devido à ausência de estrutura física, como piscinas, quadras e outras instalações – já que demandava comparativamente pouco investimento frente a outras modalidades. Além disso, segundo o mesmo, esta situação que estes jovens enfrentavam, de serem “deficientes” para a família, na escola e em outros locais, mas “não suficientemente deficientes” para o esporte, colocava vários deles em uma situação de frustração.

b) A subjetividade dos processos classificatórios

O sistema de classificação é entendido, pela quase totalidade dos profissionais envolvidos, como sendo marcado pela objetividade. As análises realizadas se traduzem em anotações em uma tabela na qual as potencialidades e as lesões irão se traduzir em uma classificação que, idealmente, traduziria a efetiva situação de cada atleta. A observação destes processos, no entanto, permite identificar que, em determinadas situações, a subjetividade das pessoas envolvidas nestes exames interfere na pretensa objetividade. Um caso que pude acompanhar, durante a classificação funcional para as provas de bocha, mostrou como este processo pode ser atravessado por variáveis não completamente mensuráveis.

Silvana chegou na sala da classificação primeiramente acompanhada pela sua técnica, que apenas respondeu as questões feitas inicialmente pela equipe de examinadores. Pouco depois, no entanto, chegou a mãe da atleta que pediu para participar do exame, o que foi aceito. A partir disso, a técnica ficou quase em silêncio e a mãe tomou uma posição muito mais ativa, na defesa da elegibilidade da filha, que estava sendo questionada. Ao contrário do que a técnica havia dito, ela citou diversos remédios que a filha tomava e que controlariam os movimentos involuntários que a filha faria sem esta medicação e também que, na competição – quando, por fim, a equipe de classificadores

falou que a classificação dada seria provisória, podendo ser revista no decorrer da competição – sua filha teria um comportamento pior por causa do nervosismo, nitidamente fazendo de tudo para que a mesma conseguisse a classificação funcional e, com isso, participar do evento.

No decorrer deste caso pude observar como a equipe encontrava grande dificuldade em tomar uma posição unificada em relação a esta atleta. Foi, de longe, o caso mais demorado de todos os que presenciei e no qual foi solicitado, por mais de uma vez, que a atleta repetisse o movimento de lançar a bola, característico da modalidade. A cada vez que estes movimentos eram repetidos, havia uma pequena reunião da equipe, onde cada um expunha seus argumentos a favor ou contrários à elegibilidade de Silvana. Além disso, dada a complexidade do caso, estas reuniões que, inicialmente, envolveram apenas a equipe de examinadores que estava designada para aquela atleta, passaram a contar com o conjunto de examinadores da bocha e, finalmente, com o diretor técnico da modalidade. Dada a dificuldade de se chegar a um diagnóstico consensual, a alternativa proposta foi a de autorizar a participação da atleta com uma classificação provisória, que seria finalizada a partir da observação da atuação da mesma durante as provas.

Estando com minha filmadora em campo e contando com toda a colaboração dos responsáveis pela competição, que me permitiram acesso às áreas das provas, pude registrar em vídeo a participação de Silvana. Isto possibilitou um importante momento de meu trabalho de campo e uma possibilidade de colaboração com o evento, uma vez que a equipe de examinadores solicitou minha filmagem para poder ver e rever, cuidadosamente, os movimentos realizados pela atleta na prova. Mesmo nesta situação, entretanto, as dúvidas existentes na equipe de classificadores não foram completamente resolvidas. Já no final do evento, novamente fui procurado por eles para que mostrasse meu vídeo para o responsável geral das Paralimpíadas Escolares na área de classificação que, após assistir por duas vezes a gravação, disse que, no seu entender, a atleta seria efetivamente elegível, mas solicitou que eu encaminhasse uma cópia da filmagem para ele, dada a complexidade do caso.

c) Disputando identidades: doente ou pessoa com deficiência?

Quando acompanhei a realização de uma das etapas do Circuito Caixa pude, uma vez mais, observar alguns processos de classificação. Como este era um evento adulto, haveria um número reduzido de exames, uma vez que a maioria dos atletas já possuem suas classificações estabelecidas. Assim, apenas casos de pessoas que estivessem competindo pela primeira vez nas suas modalidades (como falado anteriormente, a classificação é associada à prova a ser disputada e a inclusão de novas modalidades implica em um novo processo classificatório) ou casos de revisão de classificação, seja por recurso, seja devido a processos degenerativos, eram objeto destes exames.

Também neste evento, assim como nas Paralimpíadas Escolares, estava havendo um curso de classificadores, o que interpretei como decorrência do aumento de competições que vem sendo realizadas e que está associado com a proximidade dos Jogos Paralímpicos, em 2016. Foi justamente na interação entre um destes participantes do curso de classificação e Leandro, um atleta portador de paralisia cerebral oriundo de outro esporte e que estava em sua primeira competição no atletismo, que este caso etnográfico se construiu.

Assim, na parte inicial do exame, um dos médicos perguntou para o atleta: “alguma outra doença?”. Esta questão imediatamente me chamou a atenção para a classificação do seu estado – paralisia cerebral decorrente de má oxigenação durante o parto – como “doença”. Como consequência, ele tem sequelas desta paralisia nas duas pernas e na mão esquerda e fez uma cirurgia no tendão para tentar ampliar o movimento, com algum sucesso, mas a avó disse que não era para fazer uma segunda cirurgia, “porque já está bom do jeito que ficou, não precisa melhorar mais”. Frente a esta pergunta do médico, Leandro respondeu que: “eu não tenho nenhuma doença. Eu tenho uma deficiência, mas eu não sou doente”, gerando algum nível

de constrangimento, que foi logo dissipado pelo examinador mais experiente, que coordenava o processo³.

Pouco depois do exame, tive a oportunidade de conversar com o atleta. Durante nosso bate papo, fui construindo a impressão de que ele ainda estava um pouco indignado com o ocorrido, embora também comemorando o que chamou de “uma boa classificação”. Quando perguntei diretamente sobre a situação, ele disse que se fosse doente não poderia estar ali competindo e que certamente ele poderia correr mais rápido do que o médico que havia dito aquilo. Não pude deixar de pensar que sua reação também expressava sua trajetória como atleta vencedor em outra modalidade, com o que pôde se contrapor ao discurso de um médico iniciante.

A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS

Araújo (2011), em sua tese de doutorado, chamou a atenção para a sociabilidade diferenciada entre os “classes baixas” e os “classes altas” da natação paralímpica, apontando um caminho para entendermos que, mais do que uma classificação meramente esportiva, o processo de classificação funcional participa no processo de construção identitária destes atletas.

As contribuições desta autora me ajudam a pensar para além das relações de sociabilidade, auxiliando a construir interpretações sobre a identidade social da pessoa com deficiência.

Assim, um comentário do professor Jonas, um dos diretores do Comitê Paralímpico Brasileiro que acompanhava as Paralimpíadas Escolares, sobre a aparente contradição entre um diagnóstico de que a deficiência seria menor do que a esperada (que, a priori, poderia ser uma notícia boa, já que indicadora de “mais saúde”) e a repercussão quase sempre negativa desta notícia (disse que uma única vez viu a pessoa quase agradecer pela classificação, como se precisasse de um atestado de que seria “normal”), ajuda a entender a tensão que envolve o risco da ineligibilidade.

Este comentário dialoga com a fala da

3 Não tive acesso a reunião posterior da equipe, para saber se houve algum tipo de referência a esta situação e o impacto da mesma no processo de avaliação daquele pretendente a se tornar um classificador funcional.

mãe de Silvana, com quem conversei ao final da competição, aliviada pela filha ter podido participar e ter conseguido uma medalha, o que a capacitaria a poder ter uma bolsa-atleta:

“Estávamos muito nervosas, viemos de muito longe e foi bem difícil para vir para cá e ainda passar por isso tudo, sabe? Ela gosta muito de competir, gosta de jogar praticamente tudo e eu tento ao máximo ajudar no que eu posso, mas é tudo muito caro e agora, com essa bolsa, mesmo sendo pouco, já ajuda muito. Vai dar para comprar mais algumas coisas para ela, que esse dinheiro não é para mim não, é todo para ela, mas já alivia um pouco mais as despesas que eu tenho com ela”.

Estas pessoas, como Silvana e o jovem que foi considerado inelegível no primeiro caso que apresentei no item anterior, costumam conviver, seja no ambiente da vizinhança, seja no âmbito escolar, com recorrentes menções às suas deficiências que, muitas vezes, se transformam em um processo de *bullying* que marcam a auto-identidade destes jovens. A possibilidade de inserção neste espaço do esporte adaptado se apresenta, então, como uma alternativa na qual a dimensão financeira (poder contribuir com as próprias despesas ou ajudar a família em casa) se articula com a construção de uma imagem positiva de si mesmos e que impacta nas suas identidades sociais.

Se, como indicado na primeira parte deste trabalho, estas identidades são construídas contextualmente e se constituem a partir de uma relação de poder entre o modo como cada grupo social se percebe e como ele é entendido pelos membros dos demais grupos sociais em interação, a transformação destas compreensões tem um enorme impacto sobre as identidades destas pessoas com deficiência. Deste modo, a significativa cobertura midiática que um evento como as Paralimpíadas Escolares mereceu, principalmente por parte de jornais de âmbito local ou regional (acompanhei diversos jornais editados em cidades com participantes neste evento e muitos deles realizaram uma detalhada cobertura desta competição, muitas vezes com fotos dos atletas que conquistavam medalhas), ajuda a modificar esta relação de poder. Estes jovens retornam para suas casas

com seus resultados que, quando positivos, se traduzem não apenas no ganho financeiro, mas na dimensão simbólica de serem “vencedores”, de serem “atletas”, granjeando a admiração de muitos que, até então, só os percebiam como “coitadinhos”.

Portanto, não é de se estranhar que a quase totalidade daqueles que sejam considerados inelegíveis saiam destes processos profundamente frustrados. Embora possamos concordar que, na sociedade em que vivemos, a “deficiência” seja vivida como um estigma social (Goffman, 1993) e que, quanto mais severa e visível esta deficiência, maior a dificuldade de inserção destas pessoas no convívio social e, no caso brasileiro, também no mercado de trabalho, estes processos de classificação nos chama a atenção para uma situação liminar, no qual o “rótulo” de pessoa com deficiência passa a ser ansiado, como expôs o membro do CPB.

É através da obra de Turner que penso ser possível elaborar uma interpretação sobre este “desejo” pelo estigma da deficiência, que poderia ser pensado como paradoxal, mas que entendo fazer todo o sentido dentro do campo de significados aberto para a vida de pessoas como a do jovem descrito no primeiro dos três casos apresentados neste trabalho. Este autor afirma que “a ‘invisibilidade’ estrutural das *personae* liminares tem um caráter duplo. Elas são, ao mesmo tempo, não-mais-classificadas e ainda-não-classificadas” (2005:140). É também o próprio autor que chama a atenção para a forma como esta liminaridade é pensada por Douglas (1976), impondo a necessidade de “estabelecer uma diferença entre as noções de impureza que dizem respeito a estados ambíguas ou contraditoriamente definidos, e aqueles que derivam da transição ritualizada de um estado para outro” (2005:142).

O que estou propondo aqui, portanto, é pensar como o rótulo de “inelegível” situa a pessoa que o recebe nesta posição de liminaridade que o coloca como duplamente excluído, como estruturalmente ambíguo, uma vez que a não inclusão no universo dos atletas com deficiência não significa, necessariamente, o apagamento do estigma. Pelo contrário, este rótulo reforça a ambiguidade de sua situação, impossibilitando simultaneamente sua identificação com os

“normais” – que permanecem reforçando, jocosamente, sua identidade de “estranho”, “torto”, “aleijado” e outros termos pelos quais as pessoas com deficiência são pejorativamente nomeadas – e com os atletas do esporte adaptado. Neste sentido, rompe-se com qualquer aparente paradoxo presente no desejo destas pessoas de sentirem-se parte de um grupo com o qual se identifiquem, no qual sejam aceitos e que o retirem da posição, sempre potencialmente perigosa, como Douglas observa, de uma liminaridade estrutural.

Mas, não é apenas nesta tensão entre inserção e exclusão no esporte que este processo classificatório atua. Como já observado por Araújo, a posição obtida nas diferentes classes implica em um complexo sistema de reclassificação nativa, seja na já citada dicotomia entre classes “altas” e “baixas”, seja em uma série de referências a pessoas que teriam conseguido “driblar” a equipe de classificação. Por mais que os classificadores insistam em reforçar sua imagem como responsáveis por uma competição mais justa, procurando – com sucesso apenas relativo – sensibilizar atletas, técnicos e dirigentes para a importância de uma classificação transparente, a prática destes diversos atores nem sempre expressa estes mesmos ideais e os médicos e profissionais de Educação Física que atuam na classificação funcional são vistos como “obstáculos” que podem impedir ou dificultar uma “boa classificação”. Isto ficou ainda mais evidente a partir das reações destes profissionais à camisa que receberam para atuar nas Paralimpíadas Escolares.

Naquele evento, todas as pessoas envolvidas com a organização atuavam com uma camisa que possuía uma frase que procurava identificar as diferentes áreas de atuação. No entanto, a frase atribuída aos classificadores – “Tô de olho!” – foi considerada de extremo mau gosto, uma vez que esta frase, segundo eles, só reforçaria o estigma associado ao classificador, que estaria ali para prejudicar o atleta e como um vigia de cada um, e não para garantir uma competição justa e que cada atleta pudesse competir de acordo com sua própria classificação.

Neste sentido é que podemos interpretar parte das dificuldades encontradas durante o processo de classificação de Silvana como um

receio, por parte da equipe, de que as intervenções constantes de sua mãe, bem como o silêncio da técnica, fossem parte de uma tentativa de ludibriar os exames. Como falou Jonas, “quanto mais deficiência mostrarem, melhor”, fazendo com que alguns simulem ou sejam orientados a simular (como no caso de uma técnica que foi flagrada no processo orientando o atleta a “não dar tudo”) deficiências maiores, para que obtenham algum tipo de vantagem competitiva.

Esta possibilidade, por sua vez, reforça a subjetividade inerente a todo o sistema de classificação funcional, principalmente nos casos que não envolvem amputações que, do ponto de vista das equipes, seria o mais facilmente realizado por se tratar, quase exclusivamente, da medição das amputações e sua localização em uma tabela que orienta o processo de classificação. Nos demais casos, a equipe deve levar em consideração aspectos como a já referida possibilidade do atleta estar tentando exagerar sua limitação física, o cansaço acumulado por horas de viagem até o local de competição (o deslocamento de alguns atletas envolvia, muitas vezes, viagens de ônibus de suas cidades até as capitais de seus estados seguidas imediatamente de viagens de avião destas capitais até São Paulo, em trajetos que, ocasionalmente, duravam mais de doze horas, com a classificação sendo feita pouco tempo após suas chegadas), bem como as variações individuais de cada corporalidade frente a cada tipo de exame.

Assim, é neste jogo de hetero-identidades em que classificadores, atletas, técnicos e familiares se envolvem, que o processo de classificação funcional se realiza e reconfigura, de forma dinâmica, as identidades sociais de seus participantes. É neste processo, também, que a classificação da deficiência física como “doença”, mesmo que presente apenas na má utilização do termo por uma pessoa que estaria buscando se inserir neste espaço do esporte adaptado, mostra os traços deixados pela predominância do discurso biomédico, que os novos sistemas de classificação estariam procurando reequilibrar.

Nesta disputa de poder pela definição de suas identidades sociais, a prática esportiva, principalmente aquela considerada de alto rendimento, nitidamente empodera seus agentes, possibilitando o confronto entre uma auto-

identidade de “pessoa com deficiência” e uma hetero-identidade de “doente”, que impõe uma ressignificação do conceito de “saúde”.

É neste caminho, que pelo estágio inicial da pesquisa de campo que venho desenvolvendo não admite avançar conclusões, que tenho procurado problematizar conceitos como “saúde”, “doença” e “deficiência”, partindo do ponto de vista dos atores envolvidos com o esporte adaptado. Assim, o debate sobre a classificação funcional, que pretendi apresentar aqui, se insere como um espaço profícuo para a construção de interpretações sobre estas categorias que rompem com a hegemonia do discurso biomédico, inserindo as concepções de outros agentes que se relacionam com estes discursos, mas que na maioria das vezes são pensados apenas como “objetos” destes processos sociais.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, M. (2011). *O corpo atlético da pessoa com deficiência: uma etnografia sobre corporalidade, emoção e sociabilidade entre nadadores paraolímpicos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS/UFRJ.

Barth, F. (1995). “Les groupes ethniques et leurs frontières”. In: Streiff-Fenart, J. (org.) *Théories de l'ethnicité*. Paris: PUF, col. Paris: Le sociologue.

Bourdieu, P. (1980). “L'identité et la représentation”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35, nov., pp. 63-72.

Cardoso, V. e Gaya, A. (2014). “A classificação funcional no esporte paralímpico”. *Conexões*, v. 12, n. 2, abr./jun., p. 132-146.

Diniz, D., Barbosa, L. e Santos, W. (2009). “Deficiência, direitos humanos e justiça”. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6, n.11, dec.

Douglas, M. (1976). *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Fremlin, P. (2011). *Corporalidades de chumbados: uma etnografia de pessoas com deficiências físicas*

no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS/UFRJ.

Geertz, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Goffman, E. (1993). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Howe, D. e Jones, C. (2006). “Classification of disabled athletes: (dis)empowering the Paralympic practice community”. *Sociology of Sport Journal*, nº 23, mar., pp. 29-46.

Lopes, P. (2014). “Debatendo deficiência: ser, estar, tornar-se?”. Apresentação realizada durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, UFRN, 4 de agosto de 2014.

Nogueira, C. (2008). “O sistema de classificação funcional para atletas portadores de paralisia cerebral”. *Novos Enfoques*, vol. 6, nº 6, mar., pp. 1-9.

Rojo, L. (2013). “Percorrendo trilhas fechadas: reflexão sobre objetos nunca ou quase nunca estudados na Antropologia brasileira”. Apresentação realizada durante o V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, 10 de setembro de 2013.

Rojo, L. (2014). “Construindo e expandindo corpos: o basquete em cadeiras de rodas na ANDEF”. Apresentação realizada durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, UFRN, 5 de agosto de 2014.

Simon, J. P. (1979). “Aspects de l'ethnicité bretonne”. *Pluriel-débat*, 19, pp. 23-43.

Turner, V. (2005). *Floresta de símbolos*. Niterói: EdUFF.